



Diante do fato de o Tribunal de Contas da União (TCU) ter identificado irregularidades nos contratos firmados entre Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal (CEF) para a construção de cadeias públicas nas cidades de Ceará Mirim e Macau, a secretária estadual de Infraestrutura, Kátia Pinto, disse ontem que "é mais prudente" suspender a autorização do reinício das obras, cujo canteiro começou a ser instalado já na semana passada pela construtora M&K Comércio e Construção Ltda.

A secretária esclareceu que ainda não recebeu o relatório oficial do TCU, fruto de auditoria realizada entre os dias 11 de maio e 15 de junho de 2011, com as recomendações necessárias para suprimir o superfaturamento e sobrepreço em alguns itens do contrato.

No entanto, ela confirmou que tanto a fiscalização da CEF como da SIN, já tinham orientado à empresa que ganhou a licitação pública para a construção das duas cadeias, que fizesse a readequação da planilha de preços, de acordo com os custos do Sinapi - o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - para o Rio Grande do Norte.

{BANNER}